

ATA DA XXII REUNIÃO ORDINÁRIA

04 de maio de 2011

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, no Auditório do Anexo I, Térreo, do Palácio do Planalto, Brasília/DF, foi realizada a XXII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta do dia: 1. Aprovação da Ata da XXI Plenária e da Pauta – 9h às 9h10. 2. Informes – 9h10 às 9h30 - Informes sobre a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Apresentação do vídeo institucional da IV Conferência; Outros informes. 3. Saudação da Ministra Tereza Campello – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - 9h30 às 9h50. 4. Volatilidade dos Preços dos Alimentos e os Impactos na Segurança Alimentar e Nutricional – 09h50 às 12h – Apresentação introdutória e proposições do Consea – Presidente Renato Maluf – 09h50; Apresentação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Edilson Guimarães – Secretário de Política Agrícola - 10h10; Apresentação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – Francesco Pierre – Assessoria Internacional do MDA – 10h25; Apresentação do Ministério da Fazenda – Aloísio Melo – Coordenador-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas - 10h40; Debate e encaminhamentos – 10h40 às 12h. 5. Plano Safra 2011/2012 – 12h às 13h - Plano Safra - Ministério do Desenvolvimento Agrário – 12h; Debate e encaminhamentos – 12h20 às 13h. INTERVALO ALMOÇO – 13h a 14h. 6. Processo de Elaboração do Plano Nacional de SAN – 14h às 14h30 - Informe sobre o Processo de Elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Onaur Ruano – Secretário Executivo da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. 7. Participação Social na Formulação do Plano Plurianual - 2012-2015 – 14:30h às 17h - Apresentação da Proposta de elaboração do PPA 2012-2015 – Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Secretária de Planejamento e Investimento Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – 15h; Debate e encaminhamentos – 15h40 às 17h. 8. Deliberações sobre encaminhamentos das CP's e GT's – 17h. 9. Encerramento – 18h. Composição da 1ª Mesa: Ministra Tereza Campello – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Renato Maluf, Presidente do Consea Nacional; Michele Lessa de Oliveira, Coordenadora da Secretaria Executiva; Edilson Guimarães – Secretário de Política Agrícola; Aloísio Melo – Coordenador-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas; Francesco Pierre – Assessoria Internacional do MDA. Pauta do dia: 1. Aprovação da Ata da XXI Plenária e da Pauta – 9h às 9h10 - Renato Maluf deu por aberta a Sessão, agradecendo a presença de todos, e a Empresa Brasileira de Comunicação pela realização da transmissão desta reunião. A ata da reunião anterior e pauta desta foram postas em análise e aprovadas, por unanimidade, sem alterações. 2. Informes – 9h10 às 9h30 - Informes sobre a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Apresentação do vídeo institucional da IV Conferência; Outros informes - Marcelo Torres, Assessor de Comunicação do Consea, fez uma breve prestação de contas dos planos de infraestrutura, mobilização e comunicação realizados no Consea, com vistas à realização da IV Conferência: envio de ofícios aos Prefeitos e

Governadores; contato semanal com os Conseas Estaduais e do Distrito Federal; envio de minuta sobre o Plano de Comunicação aos Conseas Estaduais; Plano de *marketing* aos potenciais apoiadores e patrocinadores; criação da logomarca e o *site* da IV Conferência, e tantas outras ações. Informou que foi criada uma cartilha demonstrando como criar um Consea Municipal. O *site* e o vídeo institucional da IV Conferência foram apresentados aos presentes. Renato Maluf informou que o Consea enviou carta a todos os Ministros e Ministras, novos e antigos, parabenizando e solicitando encontros com eles, para recompor a agenda do Consea com esses Ministérios. Os encontros já começaram a acontecer: com a Ministra Isabella Teixeira, do Ministério do Meio Ambiente, Ministro Carlos Lupi do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministra Ideli Salvatti da Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Renato demonstrou o desejo de que a IV Conferência seja um momento de celebração de um grande pacto pela Segurança Alimentar. Para que isso aconteça, está senda discutindo com os Presidentes de Conseas Estaduais e com a Ministra Tereza Campello a possibilidade de uma grande mobilização de Governadores. Renato Maluf disse que aconteceu a primeira reunião do Grupo de Trabalho Gênero e Segurança Alimentar, com sala lotada. Foi apresentado o vídeo de divulgação da IV Conferência.

3. Saudação da Ministra Tereza Campello – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - 9h30 às 9h50 – A Ministra cumprimentou os presentes, e agradeceu pela oportunidade de estar nesta reunião do Consea; reforçou o compromisso do MDS de estar presente e apoiar o Conselho em suas atividades. A Ministra registrou que, 1) com relação ao Plano de Erradicação da Extrema Pobreza, foram feitas atualizações sobre o Plano, que ainda não foi lançado. O MDS tem o compromisso de fazer uma discussão mais detalhada com o Consea sobre o Plano, que envolve um conjunto de ações com interfaces importantes com a agenda de Segurança Alimentar. 2) Dia 03/05/2011, houve um debate do MDS com a sociedade civil e especialistas sobre a definição de linhas de pobreza, quando também houve o anúncio do recorte da linha de pobreza, fixado pelo Governo Federal em R\$70,00 per capta. A Ministra disse ainda que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a pedido do MDS, divulgou os dados preliminares do Censo 2010, de acordo com o recorte de R\$70,00, quantos são os brasileiros, como vivem, em quais são situações, sexo, cor: de acordo com a pesquisa, são 16,2 milhões de brasileiros, e desses, 9,6 milhões estão no Nordeste. A Ministra informou que enviou carta aos 27 Governadores, tratando do Plano de Erradicação da Extrema Pobreza e fazendo um chamamento para a Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, solicitando a eles que convocassem as Conferências Estaduais, e que avancem e publiquem as normas para a realização das mesmas, orientem e ajudem os municípios na realização de suas Conferências. Outro informe dado pela Ministra foi que foi instituído no âmbito da CAISAN três Comitês Técnicos: Comitê Técnico do Plano Nacional de SAN, responsável pela coordenação das ações de Governo na elaboração do PNSAN; Um Comitê Técnico, responsável pela coordenação das ações de Governo, que acompanhará o Projeto de Lei do Plano Nacional de Abastecimento; Outro responsável por elaborar o Plano Intersetorial para Prevenção e Controle da Obesidade.

4. Volatilidade dos Preços dos Alimentos e os Impactos na Segurança Alimentar e Nutricional – 09h50 às 12h – Renato Maluf apresentou o tema da Volatilidade dos Preços, justificando que o tema entrou no Consea por conta de sua importância no âmbito internacional. Foi o GT Internacional que começou a tratar do assunto. O GTI se reuniu várias vezes, com uma participação muito grande de vários setores do Governo e da sociedade civil, demonstrando a relevância do tema. 1) Apresentação introdutória e proposições do

Consea – Presidente Renato Maluf – 09h50 – Renato Maluf iniciou sua apresentação, esclarecendo o que é volatilidade dos preços dos alimentos: é a flutuação nos preços dos produtos agrícolas inesperada por sua amplitude e frequência. Disse que essa questão se caracteriza por problema dada a instabilidade nos mercados, incertezas dos agricultores e compradores e repercussões nos preços finais dos alimentos. Renato passou a caracterizar o problema, com indicadores internacionais, baseados em dados da FAO. E apresentou a evolução da relação mundial entre os estoques finais e o consumo dos principais cereais e do complexo de soja, em porcentagens. Apresentou também as repercussões no Brasil, como a crise 2006-2008, com provável retomada menos intensa em 2010-2011, e o custo de vida. Apresentou os impactos para a agricultura familiar e as repercussões sobre programas públicos. Segundo a pesquisa apresentada há elementos novos com causas não-tradicionais que caracterizam o problema, com pressões de demanda mais problemas de oferta. Contudo, segundo Renato Maluf, o Consea entende que o diagnóstico não se resume em apenas discutir o problema de oferta e demanda. A discussão é mais ampla: faz parte do diagnóstico a carência de instrumentos de regulação, no âmbito nacional e internacional, e poder crescente das grandes corporações. O Consea reconhece a crise sistêmica que expõe elementos constitutivos do sistema alimentar mundial. Por fim, seguiram-se proposições para compor uma Exposição de Motivos: 1) Esfera nacional: i) Criação de um Observatório Nacional dos Preços dos Alimentos; ii) Instituição de uma política nacional de abastecimento; iii) Implementação imediata de instrumentos de regulação de mercado e promoção da agricultura familiar; iv) Ação junto aos grupos populacionais mais vulneráveis. 2) Esfera internacional: i) Fortalecimento do multilateralismo; ii) Brasil exportador; iii) Atuação regional. Passou a compor a Mesa a Ministra Ideli Salvatti, do Ministério da Pesca e Aquicultura. 2) Apresentação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Edilson Guimarães – Secretário de Política Agrícola - 10h10 - Edilson Guimarães esclareceu que o tema em pauta está sendo tratado em todos os órgãos internacionais; o assunto será o ponto principal da reunião de Ministros do Grupo do G20, no dia 20 em junho de 2011, em Paris. O Secretário apresentou um conjunto de informações reunidas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para ajudar no debate. O palestrante apresentou um gráfico que demonstra o Índice de Preços Reais das Commodities Agrícolas e a Volatilidade Nominal Anualizada das Commodities, apresentados pela França, na reunião do G20, em janeiro de 2011. Segundo a apresentação, as causas da elevação dos preços das commodities agrícolas são eventos climáticos extremos e a desvalorização do Dólar. Segundo Edilson, os grandes picos de crises de produtos agrícolas aconteceram durante três crises financeiras internacionais. Ainda de acordo com ele, os produtos que transitam entre países têm um comportamento de preços muito parecidos, com exceção do arroz, posto que não é uma *commodity*. Edilson Guimarães apresentou um gráfico demonstrando o baixo nível dos estoques mundiais fazendo um paralelo da relação entre estoques mundiais e consumo, considerando também a energia e a bioenergia. Foi suspensa a apresentação sobre a Volatilidade dos Preços dos Alimentos, para dar a palavra à Ministra da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, que enfatizou o interesse de o Ministério da Pesca participar mais da Política de Segurança Alimentar, considerando que os produtos aquáticos podem contribuir significativamente na melhoria da qualidade da alimentação. Mencionou a importância de serem desenvolvidas tecnologias para reprodução do pescado em alta escala. Seguindo, a Ministra apresentou alguns números do que isso significaria em termos de impacto econômico e ambiental na produção de pescados, no Brasil. A Ministra falou também das dificuldades de

efetivar o consumo do pescado na alimentação escolar; e o que o Ministério tem pensado na recuperação dos rios brasileiros, e da possibilidade de aproveitamento dos diversos canais de irrigação, e criação de parques aquícolas. 3) Dando continuidade ao tema Volatilidade, passou-se à 3) Apresentação do Ministério da Fazenda – Aloísio Melo – Coordenador-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas - 10h40 – Aloísio Melo apresentou o olhar do Ministério da Fazenda sobre a contribuição dos preços dos alimentos como fator de pressão inflacionária, e deu dar um panorama do olhar do Ministério do que de fato é uma pressão inflacionária. Apresentou alguns gráficos, mostrando as taxas de inflação medidas pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, acumulada anualmente. Demonstrou um quadro, segundo o IPCA, dos alimentos que puxam para cima o índice da inflação. Segundo o apresentador, no conjunto da inflação, os alimentos e bebidas são um componente de forte oscilação e, em determinados momentos, de forte pressão para cima. Disse que em 2008, em análise semelhante a essa agora apresentada, segundo o palestrante, a participação dos alimentos na inflação foi maior. Em termos de inflação internacional, Aloísio disse que os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), os países que estão em crescimento mais elevado, estão também tendo que administrar taxas de inflação mais elevadas. Assim, o Brasil tem que ter cuidado e atentar para mobilizar os seus instrumentos para de fato conter essa tendência à inflação. Os gráficos apresentados demonstram, segundo o palestrante, fatores externos e internos que pressionam, do ponto de vista da demanda, alguns produtos para uma participação importante na inflação e que merecem atenção do Governo na medida em que de fato podem afetar ganhos no aumento de renda e acesso da população brasileira aos alimentos verificados. Aloísio Melo registrou que do ponto de vista de política doméstica, o Brasil tem um conjunto de instrumentos para fazer frente a alguns movimentos de pressão de preços que ocorrem, como ações de estoques, que certamente devam ser revistos; tem instrumentos importantes de garantia dos preços do financiamento para a agricultura familiar (PGPAF - Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar). A Ministra Ideli Salvatti se retirou da reunião para cumprimento de outras demandas de trabalho. Renato Maluf registrou que o debate sobre multilateralismo envolve uma discussão e uma visão bastante crítica em relação ao lugar que o G20 ocupa no mundo, e que o Consea tem proposições para o documento que o Brasil está preparando para apresentar ao Grupo. O Consea acredita em organizações internacionais que reúnam pequenos grupos de países que querem gerir um mundo que carece de um sistema multilateral das Nações Unidas, e que possam cumprir esse papel. A proposta de que setores brasileiros querem criar uma organização mundial da agricultura colada ao G20 é vista com preocupação pelo Consea, pois este Conselho considera que isso é negar de vez a estrutura das Nações Unidas. 4) Apresentação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – Francesco Pierre – Assessoria Internacional do MDA – 10h25 – Francesco Pierre disse que quanto à crise internacional dos alimentos, o MDA considera que é de longo prazo, visto as condições estruturais da demanda e oferta. Do ponto de vista da oferta internacional, os documentos internacionais levam a uma dimensão justa, que é a falta de investimentos na agricultura, mas não abrem a discussão sobre o que se está falando sobre o que é investimentos na agricultura. A realidade é o desmantelamento dos aparelhos públicos de produção, de políticas públicas de preços, de terra, de comercialização, de insumos. A questão posta, segundo Francesco, não é apenas produzir, mas levar a sério o regime de produção, de circulação dos alimentos e do próprio regime de alimentação. Informou que existe hoje duas Mesas de articulação sobre o tema: 1) Comitê de Segurança Alimentar Reformado da FAO: Pela primeira vez

os organismos da sociedade civil têm um peso tão grande quanto o dos países na dinâmica do Comitê. O Brasil tem colocado de forma muito clara que os organismos principais de articulação internacional sobre o tema são os organismos das Nações Unidas, e há uma participação expressiva da sociedade civil brasileira na dinâmica do Comitê de Segurança Alimentar. 2) G20: É a mais importante articulação de países em desenvolvimento. É um fórum importante para tratar o tema da segurança alimentar e nutricional e da agricultura familiar. O Governo Brasileiro está comprometido com uma composição de Governo para levar ao G20 uma posição sobre uma agenda que foi proposta pela França, sobre a qual o MDA está de acordo, contendo nela os temas mais importantes discutidos nesse momento, como a questão dos estoques e falta de transparência dos estoques privados. O MDA está dando sua contribuição ao documento, que contém pontos que merecerem ser ressaltados. Informou que o Brasil conseguiu colocar no G20 o tema das compras públicas da agricultura familiar a partir de uma articulação com a Rússia, China e Índia. Seguiu-se ao Debate: A Plenária se manifestou sobre o tema em pauta, e sugeriu alterações à minuta da Exposição de Motivos sobre a Volatilidade dos Preços. Maya Takagi, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, falou que o MDS está trabalhando na elaboração da minuta do Substitutivo do Projeto de Lei da Política de Abastecimento Alimentar, identificando os diversos instrumentos de política pública que já existem no âmbito do Governo Federal, Estadual e Municipal. A palavra foi devolvida à Mesa: 1) Edilson Guimarães considera importante fóruns como o Cosea, que tratam questões que são levadas ao Governo, apresentando sugestões. Comentou que o consumo mundial está crescendo mais que a produção, e considerou a necessidade de a produção crescer mais. Quanto às sementes, considerou importante o papel que a Embrapa desempenha nesse setor. Edilson Guimarães comprometeu-se em levar o assunto ao MAPA. 2) Aloísio Melo comentou que o Governo tem uma política de preços de garantias aos produtores no âmbito do PGPM, que recentemente passou a incorporar alguns produtos extrativos; e para a Agricultura Familiar; PAA, PGPAF. Disse que a questão maior é que os programas governamentais que visam garantir preços aos produtores têm alcance ainda limitado e principalmente para o público da Agricultura Familiar e dos povos e comunidades tradicionais. Falou da necessidade de reorganizar uma política nacional de abastecimento que dê conta de grande parte das questões que envolvem abastecimento e estoques. Falou que o Seguro Agrícola tem o desafio de abranger uma maior variabilidade de eventos climáticos, o que demandaria melhores instrumentos de seguro da produção e da garantia de renda do que se tem hoje. Disse que o Governo tem que melhorar o que existe hoje para a Agricultura Familiar e também para a agricultura de maior porte, recompondo a estrutura produtiva diante de eventos climáticos extremos. Outra questão importante, segundo ele, é como fazer diminuir a oscilação de preços para o consumidor e para a população de mais baixa renda, e apoiar a descentralização das estruturas de varejo de pequeno porte. Para o palestrante, muitas vezes desonerar não significa menor preço na prateleira, e sim mais renda para quem está no meio da cadeia. Deve-se garantir que qualquer medida que coloque nos varejistas um alimento de mais baixo custo seja de fato acessado pela população de mais baixa renda. Acrescentou que tem que se pensar em mecanismos que sejam efetivos e efetivamente controláveis. 3) Francesco Pierre observou que na Exposição de Motivos falta falar sobre a adaptação às mudanças climáticas. Considerou a importância da posição brasileira no G20, e a importância de, em outra oportunidade, representantes do Itamaraty estarem presente em reunião do Consea para tratar do assunto. Disse que o MDA tem absoluta clareza de sua estratégia, mas tem que aproveitar espaços como o

G20 e outros para levar o debate realizado na FAO. Considerou importante convidar, para outros momentos, o MDA, MDS, MAPA e Itamaraty para discutirem como se forma a posição brasileira sobre os grandes temas internacionais. Renato Maluf fez duas ponderações: 1) O Consea está conseguindo cumprir com as perspectivas de a partir do debate da volatilidade dos preços, trazer à tona questões fundamentais relativas à maneira de como se organiza e funciona o Sistema Alimentar Mundial. 2) Esse debate mostrou que há lacunas de informação que não estão imediatamente disponíveis, sobretudo sobre a perspectiva que interessa ao Conselho. Encaminhamento: Os Conselheiros encaminharão suas sugestões sobre a Exposição de Motivos à Secretaria Executiva do Consea, que as encaminhará à Mesa Diretiva, e esta aglutinará à EM e revisará o Documento. Em a Mesa Diretiva entendendo tudo certo, enviará a EM imediatamente à Presidência da República. Intervalo para Almoço – 13h a 14h. Composição da 2ª Mesa: Renato Maluf; Márcia Quadrado, Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Arnaldo Campos, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite, Conselheiro do Consea Nacional. Retomou-se os trabalhos, na parte da tarde, com o Ponto de pauta 5. Plano Safra 2011/2012 – 12h às 13h - Plano Safra - Ministério do Desenvolvimento Agrário – 12h. Renato Maluf apresentou os palestrantes desse tema e disse que um dos principais locais de origem do Plano Safra da Agricultura Familiar foi o Consea. Este Conselho é protagonista na construção, fortalecimento e visibilidade dessa parte da produção agrícola brasileira. E todo ano o MDA vem ao Consea tratar das diretrizes do Plano Safra. 1) Passou-se a palavra foi passada a Márcia Quadrado, que falou da importância da interlocução entre MDA e Consea sobre as propostas do Plano Safra 2011/2012. Considerou importante esse momento da elaboração do Plano Safra, pois as interlocuções estão sendo intensificadas internamente e com o conjunto do Governo e com as áreas econômicas que sempre foram parceiras na construção do Plano Safra da Agricultura Familiar, e com a representação dos trabalhadores do campo. As contribuições e reivindicações apresentadas pelos trabalhadores do campo estão sendo analisadas, e estão acontecendo discussão com todas as entidades e movimentos representativos dos trabalhadores. E o Consea é um ente importante nesse momento da construção do Plano Safra. A Secretária considerou que a construção do Plano Safra assume uma maior importância no debate do Consea, e está inserido no trabalho que o Conselho está fazendo, que vai ao encontro das diretrizes do Plano. Ainda, é necessário ampliar a oferta interna de alimentos e que essa ampliação de oferta possa contribuir no controle da inflação e na manutenção da Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira. Lembrou que em 2008, o MDA teve um momento similar ao que está vivendo agora, contudo, em outros contextos. Naquele ano, a resposta da Agricultura Familiar para aquela situação partiu de uma discussão apoiada pelo Consea, que foi a constituição do Programa Mais Alimentos, dando maior produtividade aos agricultores que acessaram o Programa; contribuiu também para ampliar a produção da Agricultura Familiar, em termos de volume. Considerou importante a iniciativa do Conselho de retomar o debate sobre Política de Abastecimento. A palestrante disse que o MDA está olhando esse Plano Safra com a intenção mais específica de acompanhar o conjunto da proposta que está sendo feita, sobre a oferta de alimentos em municípios e territórios do País, onde há um recente crescimento populacional. A intenção do Ministério é que o Plano possa olhar situações atípicas e específicas das populações, objetivando que tenham uma oferta adequada, com preços e condições de acesso aos alimentos adequados. Disse que o Ministério está pensando, e propôs a este Conselho que expresse sua opinião, em

relação a iniciativas mais específicas e territoriais de abastecimento alimentar. Uma das questões pensadas são ações fundiárias necessárias para que se possa manter e melhorar a oferta de alimentos nos territórios. Segundo Márcia, a garantia e estabilização de renda para os agricultores familiares é outro ponto importante na construção do Plano Safra. Ela disse que ao longo dos dez anos do Plano Safra, têm-se consolidando um conjunto de instrumentos que garantam seguros de renda, de clima, de preços e de crédito dentro do PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Considerou importante melhorar as condições de fornecimento de insumos para os agricultores familiares, e a garantia de políticas de renda e de preços para os agricultores. Por fim, disse que o Plano Safra pretende contribuir de forma efetiva no Programa de Erradicação da Extrema Pobreza. E apresentou como proposta, a inclusão produtiva dos agricultores familiares, aumentando sua produção, de forma a melhorar as condições de produção do alimento, tanto para auto-consumo como para produzir excedentes. Márcia Quadrado falou que o MDA está aberto para receber contribuições dos conselheiros. O objetivo é que no dia 1º de julho, sejam disponibilizados os instrumentos do Plano Safra aos agricultores, para que possam incidir na safra desde seu início. 2) Arnoldo Campos informou que as propostas quando ao PPA 2012-2015 não estão concluídas, portanto as decisões ainda não estão tomadas. Falou da atuação do Plano Safra no contexto Agricultura Familiar, participando externamente de forma importante desafiadora a partir de uma base de políticas públicas já bastante ampla e abrangente. O Plano Safra tratará também da volatilidade dos preços dos alimentos, com fundamentos estruturantes, variados e com causas específicas. Por ser a Agricultura Familiar o principal responsável pelos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, Arnoldo disse que o Plano Safra terá que assumir a responsabilidade e dar condições para que exerça esse papel de forma efetiva. O Plano Safra tem organizado medidas para o Brasil Sem Miséria, como a inclusão produtiva dos extremamente pobres no rural. O Secretário considerou importante ter uma política de abastecimento e de garantia de preços para a agricultura familiar. Comentou que o PAA também pode ser uma ferramenta importante, tanto para promover o acesso aos mercados pelos agricultores familiares, tanto quanto para o abastecimento. Segundo o palestrante, é importante também uma assistência técnica diversificada para pessoas jurídicas, com apoio técnico, investimentos e ampliação de recursos. Seguiu mencionando projetos do Plano Safra: ampliação da capacidade de investimento, política específica para alguns produtos e política específica de crédito, como Pronaf jovem e crédito fundiário e ATER. As principais medidas do Plano Safra são: ampliar a oferta de alimentos, regulamentação da Lei da Agricultura Familiar, mais renda para a agricultura familiar, Brasil sem Miséria. Entende-se que a grande maioria das medidas é necessária e desejável. 3) Carlos Eduardo Leite fez um breve histórico dos trabalhos do Conselho no que tange ao Plano Safra: Em abril de 2010, houve uma Plenária conjunta entre Consea e Condraf, que desdobrou em uma reunião no MDA, entre Consea, Condraf e SAF. O Grupo de Trabalho Abastecimento do Consea avaliou que se devia retomar o processo iniciado naquele momento sobre as políticas que envolvem o Plano Safra. Informou que o GT Abastecimento analisou a apresentação feita por Arnoldo Campos, que esteve na reunião do GTA, no dia 02/05/2011, e algumas impressões foram tiradas do documento: a) Preocupação com os instrumentos que operam as políticas, que às vezes são geradoras de exclusão social; b) Tributação, tema no qual os Estados estão avançando; c) PGPM da Agricultura Familiar: é um desafio do Consea e da sociedade civil organizada fazer articulação e pressão política que possam realmente efetivar essa questão; d) Política de ATER: apesar dos avanços importantes, existem questões

desafiadoras no contexto atual. Portanto, o GTA propôs ao Consea encaminhar Exposição de Motivos ou ter um diálogo com o MDA e com a Área Diretiva do Governo, sugerindo avançar na questão, considerando que o Governo atual herdou um passivo que precisa resolver para poder financiar a Lei de ATER; e) Convênios e contratos de ATER que foram assinados já têm organizações já operando. Contudo, a preocupação dessas organizações é sobre a metodologia aplicada nas Chamadas de ATER. O GT Abastecimento quer tratar com o MDA um monitoramento da metodologia das Chamadas; f) Promoção da agroecologia na Política de ATER. O CONSEA precisa debater mais aprofundadamente o assunto; g) Fomento de Insumos: a preocupação com as sementes de qualidade e sementes com uso de agrotóxicos; h) PAA: rever a Lei Orçamentária para 2011. Pelo fato de o GTA não ter tido condições de aprofundar na questão dos componentes da erradicação da miséria na agricultura familiar, não apresentou uma leitura crítica do assunto. Caê propôs a manutenção do GT entre Consea, CONDRAF e MDA, para construir uma metodologia de monitoramento do Plano Safra. A Plenária se manifestou quanto ao ponto de pauta tratado. A palavra voltou à Mesa. Definiu-se que GTA vai recolher as contribuições feitas, e juntamente com o Condraf, fazer o monitoramento do Plano Safra. 1) Arnaldo Campos esclareceu que: a) A DAP Urbana está sendo discutida no Grupo Gestor do PPA, e o Governo definirá quem será agricultor urbano, e suas diferentes formas de manifestação. b) A FUNAI tem o direito de emitir a DAP. Se ela achar que a forma de emissão não é a mais adequada, poderá propor alteração na emissão do documento. c) Quanto à questão das sementes, disse que o MDA não tem atribuição com relação a isso. Quem domina o assunto é a Embrapa. d) Sobre vigilância sanitária, sugeriu um diálogo com MDA, MAPA e ANVISA. e) Disse que o tema da Agroecologia está sendo debatido no PPA. f) Informou que não há discussão organizada no MDA e SAF sobre os limites de uso dos agrotóxicos. Contudo, considerou que é um tema que vale a pena ser mais aprofundado, e que é um assunto que tem relação direta com a questão da Segurança Alimentar. g) Quanto ao orçamento do PPA, disse que tanto o MDA quanto o MDS estão trabalhando para recompor e ampliar o orçamento. O compromisso é chegar em 2014 com pelo menos 2 bilhões por ano. 2) Márcia Quadrado: a) Em relação ao PRONERA, disse que está sendo equacionada gradativamente a questão relativa aos recursos. Solicitou ao Consea tratar, em uma agenda específica, sobre a situação dos convênios e as situações que envolvem fluxo de recursos. b) Sobre o tema da reforma agrária, informou que existe um conjunto de instrumentos que contemplam os assentados da reforma agrária, em inúmeros aspectos. Os instrumentos da política coordenados pelo INCRA estão sendo trabalhados pelo MDS. Os instrumentos propostos beneficiarão os agricultores familiares em assentamento e os fora de assentamentos. c) Márcia assumiu a responsabilidade de a Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário ter um permanente diálogo com o GT de Monitoramento do Plano Safra. d) O MDS está trabalhando para equacionar o passivo da Política de ATER, de 2010. É um trabalho gradativo. A implementação da nova lei é um desafio. As metodologias precisam ser trabalhadas e permanentemente dialogadas com os diversos setores que participam da implementação da Política. e) Informou que para o MDS é evidente que muitos instrumentos que operam a Política foram consolidados ao longo dos últimos dois Governos, e produziram muitos avanços, mas ainda ajustes são necessários à Política, no avanço da construção de forma efetiva e que incida no fortalecimento dos agricultores familiares. 3) Carlos Eduardo Leite destacou a pré-disposição de a Secretária Márcia ter diálogo com os Conselhos. E sugeriu que o Ministério do Meio Ambiente se integrasse ao diálogo do Grupo de Trabalho sobre o

Plano Safra. Encaminhamentos: Encaminhar manifestação formal ao CONDRAF, perguntando se ele concorda com a continuidade GT Monitoramento conjunto. Em ele concordando, indicar seus representantes. Renato Maluf sugeriu, e foi aprovado, que os Conselheiros Werner Fuchs e Carlos Eduardo Leite continuem no GT. A participação está aos Conselheiros que quiserem compô-lo. A ideia é que o GT trabalhe na expectativa de extrair não só o acompanhamento desse Plano Safra, mas também uma metodologia de monitoramento do mesmo. Composição da 3ª Mesa: Renato Maluf; Maya, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Onaur Ruano, secretário executivo da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e Bruno Moretti, Diretor de Temas Sociais do Ministério do Planejamento. Passou-se a tratar do item de pauta 7. Participação Social na Formulação do Plano Plurianual - 2012-2015 – 14:30h às 17h - Apresentação da Proposta de elaboração do PPA 2012-2015 – Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – 15h - Bruno Moretti apresentou inovações que estão sendo realizadas no processo de elaboração do Plano Plurianual 2012-2015, dizendo que a lógica de estrutura é a mesma que vem sendo realizada desde o ano de 2000. Segundo ele, no ano de 2000 era muito difícil associar Plano e Orçamento, e que hoje está sendo feito um Plano estruturado como o Orçamento. No entendimento do MPOG, segundo o palestrante, o caminho construído para atender aos públicos até então não atendidos por políticas públicas é uma linguagem que não se consegue traduzir imediatamente sob a forma orçamentária. A perspectiva de determinadas políticas se estruturarem em parte por gêneros ou raça não se traduz por uma ação orçamentária separada no Orçamento. É preciso expressar, sob o ponto de vista do Plano, as agendas e os compromissos do Ministério do Planejamento exatamente como é feita na Ação Orçamentária. Bruno informou que o MPOG discutirá seu planejamento de acordo com suas ações. A motivação do novo formato do Plano Plurianual é trazer para si uma visão estratégica de suas grandes diretrizes e categorias centrais, a partir das quais é feito o monitoramento e o balanço das ações do Governo. É preciso construir caminhos para que as políticas públicas cheguem aos públicos até então não alcançados e para que seus requisitos sejam realizados sob o ponto de vista de integração de uma determinada agenda a esse mesmo público. O palestrante informou que está sendo elaborado um Plano a partir de compromissos de fato do Governo e não imediatamente postos sob a forma de ações orçamentárias. Esses compromissos incorporam as transformações necessárias à máquina pública, para que seja incorporada às agendas de trabalho uma série de capacidades, assim como à compra da agricultura familiar e à Rede Cegonha. A ideia é que o Plano Plurianual seja estruturado imediatamente por objetivos, desafios de cada uma das políticas e suas temáticas. Esses desafios são adaptados à realidade de cada uma das áreas, dando transparência menos sobre como o conjunto da máquina se organiza e muito mais a partir de um registro de quais são os desafios das políticas associados a programas que existem representando temas de políticas públicas. A proposta é que não seja mais preciso ter um técnico que seja especialista em uma linguagem que quase ninguém entende. O Plano é estruturado a partir de uma linguagem na qual todos dialogam, e os compromissos de Governo expressos nos objetivos. A proposta é que o Plano Plurianual, em ele sendo construído com uma linguagem menos fechada, e estruturada a partir dos objetivos e compromissos do Governo, ele ganhe em monitoramento e em gestão. Com a nova estrutura, o Plano e o Orçamento passam a ser processos distintos, o que é fundamental para dar transparência às pautas que não conseguem se manifestar. Um entendimento do Plano é

que não adianta se fazer programas multisetoriais só escrevendo no papel. É preciso ter um entendimento de temáticas estruturantes para a construção do conjunto das políticas. Bruno Moretti disse que é preciso o Consea fazer um debate sobre o conjunto dos programas, e trazer para programas como o da Segurança Alimentar outras dimensões da segurança alimentar e olhar como que o conjunto dos outros programas avança para o entendimento dessa temática da segurança alimentar. O trabalho que está sendo realizado é para que o monitoramento da gestão do PPA não seja mais um monitoramento dos produtos físicos das ações que faça perder de vista uma série de dimensões centrais e estratégicas das políticas. Construir o Plano com riqueza vai servir para se fazer um modelo de monitoramento e gestão não somente baseado no monitoramento dos produtos físicos das ações, mas, sobretudo na realização dos compromissos de Governo, segundo Moretti, não só nas médias de atendimento, mas na integração de públicos específicos. Para isso, existe um processo de participação que não pode ser circunscrito a um momento de elaboração do Plano. Ele tem que ser um processo que tem a ver com a construção do Plano e com as categorias suficientes para que a sociedade civil e o Governo possam acompanhar a gestão e o monitoramento dessas políticas a partir dos compromissos do Governo. Renato Maluf informou que a Secretaria Geral da Presidência da República, sob coordenação do Secretário Pedro Pontual, realizou uma reunião com todos os Secretários Executivos dos Conselhos de Políticas Públicas para preparar o Fórum Interconselhos Sobre o PPA, que será realizado em Brasília, nos dias 24 e 25 de maio de 2011. O Consea indicará 13 representantes da sociedade civil, contemplando as cinco regiões do Brasil, para participar do Fórum. Foi posto em análise o item de pauta 6. Processo de Elaboração do Plano Nacional de SAN – 14h às 14h30 - Informe sobre o Processo de Elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Onaur Ruano – Secretário Executivo da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Iniciando o tema, 1) Maya Takagi, que esclareceu que a ideia é fazer uma ponte entre a apresentação de Bruno Moretti sobre o PPA, com o que está refletido no Programa Temático de Segurança Alimentar e no Plano de Segurança Alimentar. Disse que o PPA é inovador e está desafiando a todos serem inovadores. Maya anunciou que saiu a publicação, no Diário Oficial, do Decreto de nomeação dos novos membros suplentes da CAISAN e representantes governamentais no CONSEA. E passou a nomeá-los. Ela reforçou que 2011 é um ano especial, por conta da IV Conferência, pelo novo PPA e pelo Plano de Segurança Alimentar. Disse que quando o MDS teve conhecimento da proposta nova do PPA, pelo Ministério do Planejamento, houve uma aderência muito grande com a proposta de formulação do Plano de Segurança Alimentar. Maya salientou que o novo PPA facilita o entendimento, pela sociedade, das políticas públicas de Governo e de como monitorar os seus resultados. O desafio das discussões do PPA é não tratar de orçamentos, mas sim de identificar quais são os grandes desafios para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional no País para toda a população, quais suas metas e como atingi-las. Outro avanço identificado, segundo Takagi, é que este é um Plano que promove a intersetorialidade e também favorece o espaço de gestão da política. A Secretária informou que, para as reuniões da CAISAN, os representantes do Consea têm sido convidados. Assim que o PPA foi lançado, a primeira oficina realizada foi sobre Segurança Alimentar. Concluiu que pelo fato de o MPOG estar propondo em torno de 60 programas temáticos, isso organiza a ação do Governo, como o Plano de Segurança Alimentar, que envolve uma série de diretrizes. Informou que está sendo feito um desenho, cujo Plano de Segurança Alimentar abrange mais de um Programa Temático do PPA. Agora, a questão é definir os objetivos, e dentro desses objetivos,

suas metas. São seis ou sete objetivos que dialogam com a educação alimentar; sistemas locais de produção, abastecimento e consumo; ampliação da Agricultura Familiar no mercado; política de abastecimento; acesso à água; fomento à produção para o autoabastecimento para a Segurança Alimentar, voltado para povos e comunidades tradicionais, populações indígenas, comunidades quilombolas. Segundo Maya, várias contribuições para compor os objetivos do Plano foram recebidas dos vários setores. 2) Onaur Ruano, informou que existe uma agenda, para a próxima Plenária do Consea, para tratar da proposta do PPA e do conteúdo do que está sendo estruturado quanto ao primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Secretário passou a relatar como está o processo de trabalho de elaboração do Plano hoje, e quais são os próximos passos. Recuperando, Onaur informou que o marco de referência é o Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e define os critérios e os parâmetros para elaboração do primeiro Plano Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional. Disse que existe um arcabouço definindo a tarefa de elaboração do Plano no que se referem às diretrizes e quais são os temas que o Plano deve abarcar. Disse que o processo começou a partir da elaboração da metodologia de como deveria ser feito todo o trabalho. Informou que em 2010 foi instituído um Comitê Técnico da Caisan, que começou a trabalhar no final de setembro do ano passado, e chegou em dezembro com um documento chamado Recomendações para a Elaboração do Primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. De acordo com as Recomendações, o Plano deve conter, em sua parte inicial, uma contextualização, tratando da situação da Segurança Alimentar e Nutricional no País, diretrizes e dizendo quais são os desafios para que possam se superar as dificuldades e chegar às metas dos objetivos que vão dialogar com o PPA. Durante discussões para produzir as Recomendações, Onaur esclareceu que o Grupo de Trabalho não estava com as referências do novo PPA que o Bruno Moretti apresentou. As discussões feitas associavam o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ao PPA de 2010. Em março deste ano, com a definição do novo Pleno Executivo da CAISAN, mesmo sem o Decreto publicado, houve a 1ª Reunião Ordinária do novo Pleno Executivo, presidido pela Ministra Teresa Campello, e fazendo a apresentação dos novos membros. Foi determinado naquela reunião a instituição de um Comitê Técnico responsável por dar continuidade ao trabalho iniciado no ano passado e continuar na elaboração da proposta do primeiro Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse Comitê Técnico é composto por representantes de 14 Ministérios, e Marília Leão e Edélcio Vigna, membros do Consea, representando a Sociedade Civil no Comitê Técnico. Os debates lá realizados são articulados com as discussões das Comissões Permanentes do Consea. Após a instituição do Comitê Técnico, foi feita uma aproximação com o Ministério do Planejamento, solicitando a este que apresentasse ao Comitê Técnico e ao Pleno Executivo o novo PPA 2012/2015. A partir daí, começou-se a repensar o Plano na lógica do novo PPA. Depois disso, houve sua formalização, quando foi identificado o Programa Temático de Segurança Alimentar e Nutricional. Aconteceu uma oficina específica, coordenada pelo Ministério do Planejamento, sobre o Programa Temático de Segurança Alimentar e Nutricional, quando os membros do Comitê Técnico também puderam participar e aprofundar o conhecimento sobre o PPA 2012-2015. Após isso, Onaur disse que houve uma reunião do Comitê Técnico, com a presença do Planejamento, fazendo esclarecimentos e discussões com o grupo responsável pela elaboração da Proposta do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. Todo esse trabalho foi objetivando ter a melhor compreensão possível da nova estrutura do PPA 2012-2015, para que o Plano tivesse a identidade correta em relação ao que é o

Programa Temático de Segurança Alimentar e Nutricional. O Secretário esclareceu que o Programa Temático de Segurança Alimentar é menos completo e menos diverso do que o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O esforço do trabalho foi no sentido de que todas as pessoas envolvidas no processo de elaboração do Plano pudessem ter a melhor compreensão do que era o novo PPA 2012-2015 para poder fazer corretamente essa articulação. O Ministério do Planejamento tem estado à disposição do Comitê Técnico, que está trabalhando o Plano, e a agenda de trabalho está sendo continuada. A perspectiva agora é se fazer um levantamento de todas as ações orçamentárias, do monitoramento, da avaliação do conjunto completo das ações de Governo que tenham a ver, direta ou indiretamente, com a Segurança Alimentar e Nutricional que estarão dialogando com o PPA 2012-2015. O prazo definido pelo Decreto 7.272 é que até 25 de agosto de 2011 o Plano deva estar elaborado e aprovado. O calendário do Comitê Técnico está conforme determina a Resolução nº 5, que definiu a composição e as atribuições desse Comitê Técnico, e estabeleceu que a elaboração da proposta devesse estar pronta até 10 de julho de 2011, para que o documento seja apreciado e aprovado pelo Pleno Ministerial e encaminhado para publicação dentro do prazo estabelecido. Seguiu-se o debate e encaminhamentos – 15h40 às 17h. A Plenária se manifestou a cerca do assunto em pauta, apresentando sugestões à elaboração do PPA 2012-2015. A palavra voltou à Mesa para manifestações finais dos palestrantes.1) Bruno Moretti: a) Como resolver as interfaces, a proposta é que o Plano seja construído com o recorte das dimensões das políticas. Nas oficinas para elaboração do PPA, uma das ideias era entender que dimensões centrais para a Segurança Alimentar estão postas no programa de Segurança Alimentar, e assim, tantas outras importantes precisam estar construídas nos outros programas, de acordo com seus recortes e dimensões. b) Não existem contradições entre os Planos e os Programas do PPA, ao contrário, a dimensão de gênero que aparece no PPA é estruturada a partir do PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Se a educação porta uma dimensão substantiva associada a gênero e a igualdade étnico-social, ela precisa carregar isso no seu Programa. c) Disse que o PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar é um elemento fundamental da educação básica, e estará no PPA como um objetivo. Informou que está sendo estruturado um processo de diálogo com Estados, explicando o processo de modificação do PPA. O MPOG está planejando algumas atividades: Dias 12 e 13 de maio haverá um curso de capacitação com os técnicos dos Estados sobre esse novo modelo do PPA. Dia 30 de maio, serão realizadas reuniões macrorregionais para os Secretários Estaduais de Planejamento, havendo a possibilidade de Secretários Finalísticos e entidades municipalistas participarem. Bruno Moretti pôs-se à disposição para dar esclarecimentos, e sua equipe participar das Comissões Permanentes, para que os Conselheiros do Consea se apropriem dos programas postos. Informou que haverá uma Oficina com a Funai e os órgãos que participam da gestão da política de proteção aos povos indígenas. Bruno propôs ao Conselheiro Dourado que lhe encaminhe suas propostas para que este as leve à Oficina com a Funai. 2) Maya Takagi informou que o processo de elaboração do PPA começou agora, tanto é assim, que o MDS está entendendo e amadurecendo o processo junto com o Consea. Segundo Maya, as dúvidas apresentadas são compartilhadas por todos. O processo está sendo construído junto. Propôs a realização de uma reunião, em Brasília, da Comissão Permanente 4, antes da próxima Plenária do Consea, para tratar do que está sendo trabalhado na Caisan sobre o PPA, e recolher as contribuições colocadas pelos Conselheiros do Consea. 3) Onaur Ruano falou sobre o Plano Nacional de Segurança Alimentar contemplar a diversidade nacional do ponto de vista territorial, étnico, gênero; e informou que o MDS tem seis

determinações estabelecidas para o Plano Nacional Segurança Alimentar e Nutricional. Uma delas diz que o Plano deverá incorporar estratégias territoriais e intersetoriais em visões articuladas com as demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico, racial e equidade de gênero. Onaur informou que o MDS tem a compreensão de que o primeiro Plano Nacional Segurança Alimentar, da forma como está elaborando no plano federal, poderá não ter a aderência desejada para contemplar toda a diversidade do ponto de vista da política e dos resultados que se espera alcançar. Entretanto, disse que há o processo da continuidade, que deverá aperfeiçoar isso, posto estar prevista a obrigatoriedade da revisão do Plano em dois anos, a partir do seu início. O processo de aderência do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, contemplando os Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, pactuando e dialogando e com os Planos Municipais e Estaduais fará com que de fato o processo possa ter gradualmente o Plano Nacional representando efetivamente esse conjunto de expressões, em nível nacional. Encaminhamentos: 1) Recolher as sugestões das Comissões Permanentes sobre a Exposição de Motivos do PPA 2012-2014. A CP1 revisará o documento, que será encaminhado à Mesa Diretiva, e esta aprovará o documento. Reafirmando, assim, princípios importantes para o Consea, nessa etapa qualitativa. 2) Fazer um debate mais detalhado no Fórum Interconselhos, no final de maio, quando terão 13 representantes do Consea. 3) As experiências adquiridas nesses dois encaminhamentos serão tratadas na Plenária de julho/2011. 8. Deliberações sobre encaminhamentos das CP's e GT's – 17h. 1) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento - Michele Lessa informou que a CP2 está preocupada com a proposta de liberação do feijão transgênico da Embrapa. Informou que haverá uma Audiência Pública sobre o tema. A CP2 sugeriu ao CONSEA que indique um representante para participar dessa Audiência Pública, levando a preocupação que o Consea tem sobre a questão da transgenia. Encaminhamento: Proposta aprovada. 2) Comissão Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada - Elisabetta Recine informou que a Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos, que estava prestes a receber a titulação de suas terras, está sofrendo uma Ação de Despejo movida pelo Incra. Dia 24 de maio haverá uma audiência com o Instituto. Elisabetta solicitou apoio do Consea para que esse processo volte ao que estava sendo proposto anteriormente, que é a titulação da terra para essa comunidade quilombola, através de uma Recomendação de retomada do processo de titulação. Encaminhamento: Aprovada a Recomendação dirigida ao Incra. O representante do Incra, presente nesta Plenária, se dispôs a levar a Recomendação à Instituição. 3) Renato Maluf informou que o professor Malaquias trouxe uma preocupação, já apresentada à Comissão dos Presidentes Estaduais e ao Grupo de Trabalho de Gênero, que se transformou em uma proposta de Recomendação, sobre o Centro Josué de Castro, no Recife, que está sob ameaça de fechamento por falta de apoio e condições de se manter. A proposta é que o Consea faça uma Recomendação dirigida à prefeitura de Recife, ao Governo do Estado de Pernambuco, à Assembléia Legislativa de Pernambuco, às Secretarias Estaduais de Cultura e Bem Estar Social, ao Ministério da Cultura, ao Ministério de Desenvolvimento Social e Ministério da Educação, que se mobilizem no sentido de assegurar a continuidade do Centro Josué de Castro como um patrimônio que não pode ser extinto ou alienado. Notificando, depois a Presidência da República de que o Consea se manifestou nessa direção. Encaminhamento: A proposta foi acatada. 4) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades

Tradicionalis - Edno Honorato de Brito informou que o Encontro de Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais está marcado para os dias 08 e 09 de agosto de 2011, no Espírito Santo. A CP5 sugeriu a criação do Grupo de Trabalho da Segurança Alimentar no Contexto Urbano, articulado com as demais Comissões. Informou que a Conselheira Virginia Lunalva Miranda de Sousa Almeida não esteve presente nesta Plenária por conta do falecimento de seu esposo. A CP5 elaborou uma nota de pesar pelo falecimento do esposo de Virgíia Lunalva. Disse que por respeito à ausência da Conselheira, não foi feita a eleição da nova coordenação da CP5. Foi reconduzida a coordenação interina. Por conta da criação do Grupo de Trabalho de Segurança Alimentar no Contexto Urbano, Edno Honorato, coordenador interino da CP5, está deixando o cargo para se dedicar mais ao GT. Encaminhamento: Aprovada a criação do GT de Segurança Alimentar no Contexto Urbano, a continuação da coordenação interina e a nota de pesar.5) Malaquias Batista Filho propôs escrever um voto de pesar pelo falecimento de Ceonilatan, ex-professor da Universidade de Cordel, e precursor na luta contra o desmame induzindo pela indústria de alimentos. O documento será enviado também ao seu substituto, na Universidade de Cordel. Encaminhamento: A proposta da nota de pesar foi aprovada. 9. Encerramento – 18h. Renato Maluf encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos e desejando bom retorno às suas casas.